

BEIRA ALTA
Casa Sindical de Viseu
Rua do Arrabalde, N.º 2 A
3500-084 Viseu
Tel.: 232411171—Fax: 232411161
sep.viseu@sapo.pt



SEP

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

www.sep.org.pt

Moção

O combate à pandemia da precariedade laboral e o respeito pela conciliação da vida familiar e profissional implica dotações seguras e horários de trabalho dignos

A precariedade é a insegurança no emprego e a incerteza na vida dos jovens enfermeiros que impede constituição de família, implementação de novos projetos no âmbito da vida profissional e também constitui um problema para a demografia do país.

O combate à precariedade passa pela efetivação do direito constitucional ao trabalho, à estabilidade e segurança no emprego, à negociação e contratação coletiva, a uma justa retribuição, a um horário de trabalho que assegure a articulação com a vida pessoal e familiar, valorizando o trabalho e os trabalhadores.

Para responder às necessidades permanentes dos serviços da ULS Guarda e para evitar o recurso sistemático ao trabalho extraordinário não remunerado e ao não gozo efetivo dos descansos compensatórios, neste sentido é incompreensível a manutenção de dezenas de enfermeiros com um contrato a termo que, prosseguindo funções próprias dos serviços de natureza permanente, são imprescindíveis ao normal e regular funcionamento dos serviços.

Mesmo com os 60 enfermeiros com contrato a termo, muitos dos quais a termo incerto a maioria com fundamento na “situação Covid”, são realizadas milhares de horas extraordinárias, para além do não gozo do descanso compensatório (há enfermeiros com mais 30 a 50 descansos compensatórios por gozar).

Analisando as dificuldades organizacionais que poderão comprometer a segurança dos cuidados de enfermagem e, em última instância a segurança do doente, constatamos a existência de trabalho extraordinário programado, ou seja, dias de trabalho para além do período normal de trabalho semanal, na consideração da aferição do período em causa.

Exigimos o pagamento de todo o trabalho extraordinário em dívida e a admissão de mais enfermeiros para superar a elevada sobrecarga de trabalho e para abertura de novos serviços, nomeadamente a unidade de cuidados intermédios de Medicina.

É inaceitável a ausência de uma resposta estrutural para este problema e a não autorização da fixação destes enfermeiros no mapa de pessoal da ULS Guarda EPE.

Não aceitamos que o governo argumente a importância dos Recursos Humanos mas, afinal, não aprove, Governo / Ministro das Finanças, o Plano de Atividades e Orçamento onde consta o pedido de mais contratação.

Consideramos fundamental a **valorização dos enfermeiros** desde logo na relação laboral estável para todos os que atualmente exercem funções na ULS Guarda.

Neste contexto, é exigível que estes enfermeiros passem a deter um Contrato de Trabalho por tempo indeterminado, inclusive os que detêm contrato de substituição há mais de três anos.

Não existem melhorias nos cuidados sem recursos humanos com competências adequadas e em número suficiente

Em defesa do SNS, dos doentes e utentes e da melhoria das condições de trabalho exigimos a vinculação de todos os que se encontram com vínculo precário a exercer funções permanentes, nomeadamente os admitidos no âmbito do combate à pandemia COVID 19 incluindo aqueles que já viram os contratos cessados.

É necessário a vinculação de todos os enfermeiros e a contratação de mais para a resposta às necessidades dos utentes, tendo em conta o grau de dependência, índice de envelhecimento e a dispersão no território.